

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: *GESTÃO E RESULTADOS*

Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)



**Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)**

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: GESTÃO E RESULTADOS

Atena Editora
2017

2017 by Graciele Glap & Lucimara Glap

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrici)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769

Políticas públicas na educação brasileira: gestão e resultados / Organizadoras Graciele Glap, Lucimara Glap. – Curitiba (PR): Atena Editora, 2017.
456 p. : 1.199 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-29-5

DOI 10.22533/at.ed.2952006

Inclui bibliografia

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. 3. Qualidade da educação. I. Glap, Graciele. II. Glap, Lucimara. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto: contato@atenaeditora.com.br)

Apresentação

Uma Escola Pública popular não é apenas a que garante acesso a todos, mas também aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que realmente corresponde aos interesses populares, que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade, baseada no empenho, numa postura de solidariedade, formando a consciência social e democrática.

Paulo Freire

Apresentamos o livro “Políticas Públicas na Educação Brasileira: gestão e resultados”, o qual discute problemáticas referentes aos temas título do livro em questão e intrinsecamente relacionados: Gestão e Resultados, este último englobando a avaliação e a qualidade da educação.

Seguindo a conjectura proposta, faz-se necessário dialogar inicialmente com o tema que assume uma pluralidade intensa de significados, que perpassa diferentes espaços e instâncias, agindo ora como elemento propulsor ora como elemento regulador, carregado de intencionalidades que variam de acordo com as perspectivas adotadas, este tema é a avaliação.

Dialogar com a problemática da avaliação educacional não é uma tarefa assim tão simples. As concepções de avaliação e de instrumentos avaliativos concebidos na contemporaneidade foram construídas no decorrer dos anos, sob diferentes enfoques e perspectivas.

Percebe-se que nos últimos anos as pesquisas referentes à avaliação e seus objetos vem se intensificando, pois, a avaliação não mais encontra-se somente centrada no aluno, mas sim nos diferentes âmbitos educacionais, possibilitando um necessário diálogo com diferentes contextos, independentemente se estes encontram-se relacionados a um nível microssociológico ou mesossociológico da avaliação.

Os artigos que constituem o eixo “Resultados”, demonstram a pluralidade assumida pela mesma. Afinal, falar em resultado remete a reflexão sobre a qualidade da educação, sobre os espaços e níveis educacionais, sobre as avaliações em larga escala, sobre a política e seus programas e projetos educacionais.

As discussões sobre a gestão, historicamente, se iniciam na década de 1980, com a democratização do ensino e a reorganização da escola, sendo consagrada pela Constituição Federal de 1988 ao estabelecer os princípios da Gestão Democrática (Art. 206), assim como também é apontada na LDBEN nos Arts 14 e 15, sinalizando que nas instituições de ensino deve haver integração, cooperação e participação e as propostas precisam ser construídas e reconstruídas democraticamente.

Também a Gestão Democrática é inserida no PNE (2014-2024) na meta 19, o qual prevê que num período de dois anos, esta se efetive com notoriedade no espaço escolar, incluindo os demais desdobramentos que dela façam parte.

A partir dos marcos legais expostos se entende, a relevância da discussão e da produção acadêmica sobre o tema, haja visto que não podemos discutir questões

ligadas a gestão democrática sem estabelecer o elo entre a forma como os gestores interferem diretamente nesse processo.

Embora existam inúmeros artigos sobre a temática, os aqui apresentados, nos trazem a discussão da gestão democrática vista por um novo ângulo e com diferentes perspectivas, pois apresentam como palavras-chave: gestão democrática, escola pública, novas tecnologias, reformas educacionais, desafios da gestão escolar, organização do trabalho docente, política educacional, conselho escolar, gestão educacional, gestão pedagógica, gestão do ensino superior, políticas de formação, sistema municipal de educação e educação infantil. Percebe-se então, a diversidade de questões que podem ser abordadas sob o enfoque da Gestão Democrática.

Assim, desejamos a todos uma excelente leitura e que se sintam instigados a aprofundar o debate e a produção acadêmica acerca do tema.

*Graciele Glap
Lucimara Glap*

Sumário

Apresentação..... 03

Eixo 1 Avaliação e Qualidade

Capítulo I

AS AVALIAÇÕES DO ENSINO PELOS ESTUDANTES: SIGNIFICADOS E EFEITOS NO CONTEXTO DA POLÍTICA REGULATÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Maria Beatriz Gomes Bettencourt e Maria de Lourdes Sá Earp..... 09

Capítulo II

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÕES DOS GESTORES ACADÊMICOS

Wilma dos Santos Ferreira e Edson Francisco de Andrade..... 26

Capítulo III

AUTONOMIA CURRICULAR NO CONTEXTO DE REFORMAS EDUCACIONAIS GLOBAIS LOCAIS

Ângela Cristina Alves Albino..... 40

Capítulo IV

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, QUAL FUNDAMENTO APRESENTAR COM FOCO NA CIDADANIA?

Sidemar Alves da Silva Kunz e Remi Castioni..... 52

Capítulo V

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PARA A GESTÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Edileuza Fernandes da Silva..... 67

Capítulo VI

GOVERNANÇA TRANSNACIONAL E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO NACIONAL: RELAÇÕES E IMPACTOS

Antonio Cardoso Oliveira e Maria de Fátima Cossio..... 81

Capítulo VII

NORMAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR NO CAp UFRJ: um estudo avaliativo com padrões de qualidade

Marcos Vinícius Pimentel de Andrade..... 97

Capítulo VIII	
O USO DA AVALIAÇÃO POR PORTFÓLIO NO ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA EXPERIÊNCIA	
<i>Hercules Guimarães Honorato.....</i>	112
Capítulo IX	
PROGRAMA ETNOMATEMÁTICA E CURRÍCULO: QUALIDADE E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
<i>Olenêva Sanches Sousa.....</i>	125
Capítulo X	
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E OS ESPAÇOS ESCOLARES: UM TEMA PARA A AGENDA	
DAS POLÍTICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	
<i>Raquel Dallagnol e Maria Silvia Cristofoli.....</i>	139
Capítulo XI	
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO: AÇÕES E PERCEPÇÕES DE	
GESTORES ESCOLARES	
<i>Felix Barbosa Carreiro e Mônica Piccione Gomes Rios.....</i>	154
Capítulo XII	
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	
(SARESP): EM BUSCA DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE	
<i>Viviani Fernanda Hojas e Iraíde Marques de Freitas Barreiro.....</i>	171
Capítulo XIII	
USOS DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO MATO GROSSO DO SUL: O QUE DIZEM	
OS AUTORES?	
<i>Lucas Gabriel dos Santos Sayão.....</i>	186
Eixo 2 Gestão Democrática, Gestão e Gestores	
Capítulo XIV	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE	
EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR (ESCOLA DE	
GESTORES) UFF/SEB/MEC	
<i>Cecília Neves Lima, Pablo Silva Machado Bispo dos Santos e Leonardo Dias da</i>	
<i>Fonseca.....</i>	201
Capítulo XV	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA VISÃO DOS DIRETORES DE ESCOLA DA CIDADE DE SÃO	
PAULO	
<i>Jose S. Silveira.....</i>	215

Capítulo XVI	
A GESTÃO ESCOLAR, O PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E AS NOVAS TECNOLOGIAS. Angela Maria Gonçalves de Oliveira e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares.....	231
Capítulo XVII	
AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E OS IMPACTOS NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo e Maria José Pires Barros Cardozo.....	245
Capítulo XVIII	
DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DE GESTORES Antonio Nilson Gomes Moreira e Gláucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa.....	259
Capítulo XIX	
ELEMENTOS TAYLORISTAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA Jean Douglas Zeferino Rodrigues e Maria Marcia Sigrist Malavasi.....	274
Capítulo XX	
ENTRE O AUTORITARISMO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA PRÁTICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE SÃO JOÃO DE MERITI Jorge Nassim Vieira Najjar e Karine Vichiett Morgan.....	288
Capítulo XXI	
GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA: QUAIS POSSIBILIDADES NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL? Mariana Aparecida de Almeida Laurentino e Vanda Moreira Machado Lima.....	300
Capítulo XXII	
INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONSELHO ESCOLAR E O DISCURSO DOS SEUS DIFERENTES SEGMENTOS Maria Cecília Luiz e Anderson de Lima.....	314
Capítulo XXIII	
O DECRETO 6.094/07 E SEU IMPACTO NA GESTÃO EDUCACIONAL DO NOROESTE FLUMINENSE: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE GESTORES PÚBLICOS LOCAIS Pablo Silva Machado Bispo dos Santos.....	326
Capítulo XXIV	
O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL FRENTE AOS DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO E PARTICIPATIVO NO AMBIENTE ESCOLAR Lucimara Glap e Lisiane Witzel Bergamaschi Menon.....	341

Capítulo XXV	
O PAPEL FORMADOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NA GARANTIA DA GESTÃO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL	
<i>Dayse Kelly Barreiros de Oliveira e Ellen Michelle Barbosa de Moura</i>	360
Capítulo XXVI	
O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO CAMPUS DO MARAJÓ – BREVES	
<i>Solange Pereira da Silva</i>	374
Capítulo XXVII	
POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS EM SUA DIMENSÃO LOCAL: COMO AS TRADUZEM OS GESTORES MUNICIPAIS E ESCOLARES?	
<i>Flávio Caetano da Silva e Celso Luiz Aparecido Conti</i>	388
Capítulo XXVIII	
PRESENTEÍSMO DAS GESTORAS ESCOLARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
<i>Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino</i>	401
Capítulo XXIX	
SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
<i>Efraim Lopes Soares e Maria José Pires Barros Cardozo</i>	416
Capítulo XXX	
TRILHAS E DISCURSOS DA EQUIPE GESTORA SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	
<i>Sintia Maria Gomes Ferraz e Sandra Márcia Campos Pereira</i>	432
Sobre as organizadoras	446
Sobre os autores	447

CAPÍTULO X

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E OS ESPAÇOS ESCOLARES: UM TEMA PARA A AGENDA DAS POLÍTICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

**Raquel Dallagnol
Maria Silvia Cristofoli**

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E OS ESPAÇOS ESCOLARES: UM TEMA PARA A AGENDA DAS POLÍTICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Raquel Dallagnol

Secretaria Municipal de Educação de Erechim/RS – Brasil

raquedallagnol@hotmail.com

Maria Silvia Cristofoli

Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil

mscristofoli@uffs.edu.br

RESUMO: Este texto apresenta um entendimento do espaço físico escolar como um aspecto de qualidade para a educação básica. Apresenta uma breve reflexão em torno do conceito de qualidade e como este se relaciona com o espaço físico escolar. Identifica essa dimensão do espaço escolar na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, bem como dados elencados pelo Censo Escolar do Ensino Fundamental de 2010 e 2013. Diante dos dados nacionais, os quais mostram dificuldades na qualidade da educação quanto ao critério do espaço físico escolar, as autoras apontam, no texto, questionamentos e desafios para a política educacional no sentido de articular ações em busca de equidade e qualidade das estruturas físicas escolares.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade da educação; política educacional; espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, a preocupação com a qualidade da educação pública e suas múltiplas possibilidades e perspectivas nos levou a desenvolver estudos que relacionaram os espaços físicos escolares, enquanto dimensão da infraestrutura escolar, e a qualidade da educação básica, e, neste artigo, apresentamos algumas dessas reflexões. Em um primeiro momento, discutiremos sobre o conceito de qualidade, expondo sua polissemia e seu caráter histórico. Na sequência, apontaremos os fatores intraescolares como a concepção teórica que orienta nosso texto, sobretudo por destacar a relevância das estruturas físicas escolares na efetivação de um processo educacional de qualidade.

Na segunda parte, mostraremos como o conceito de qualidade na educação é tratado, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Também teceremos algumas considerações acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, e como a temática concernente a qualidade da educação e espaço escolar é tratada no referido documento. Ainda, apresentaremos algumas considerações e reflexões sobre o chamado Custo Aluno Qualidade (CAQ), que se mostra como um parâmetro para o financiamento para a educação básica, e observações em torno das estruturas

físicas escolares.

Na terceira e última parte do artigo, tomaremos os dados do Resumo Técnico do Censo Escolar de 2010 e 2013 relativos ao ensino fundamental, propondo identificar as condições de infraestrutura dessa etapa de ensino no contexto atual e relacionar os indicadores apontados pelos censos com os objetivos, metas e anseios propostos na legislação e pelos pesquisadores que se debruçam sobre o espaço físico escolar.

1. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Um dos debates relacionados à educação na atualidade refere-se aos desafios em busca de uma educação de qualidade. Esse conceito se mostra presente em inúmeros documentos normativos e legais, sinalizando-se como um objetivo norteador de diversas ações no âmbito da política educacional. Contudo, salientamos que o conceito de qualidade expõe sua complexidade à medida que nos deparamos com a polissemia em torno de sua definição (ESTEVÃO, 2013). Tal polissemia se deve, sobretudo, ao caráter histórico do citado conceito, o qual veio a adquirir dimensões específicas com o passar do tempo.

Essa historicidade do conceito de qualidade foi trabalhada por Oliveira e Araújo (2005), que a subdividiram em três períodos principais. O primeiro período, entre 1920 e 1970, compreendeu o acesso das massas à educação. No segundo período, compreendido entre 1970 e 1980, a qualidade se articulou à questão relativa aos fluxos educacionais. A partir da década de 1990, período caracterizado pelo acesso massivo dos sujeitos à escola, apresentou-se o cenário do terceiro indicador de qualidade, marcado, sobretudo, pela mensuração da capacidade cognitiva dos alunos por exames de larga escala (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

Tomada a breve compreensão de algumas nuances percorridas pelo conceito de qualidade na educação, expomos que este deve ser entendido para além de um discurso articulado à racionalidade técnica, e sim teorizado e relacionado ao contexto político e social que o envolve (ESTEVÃO, 2013). Através desses pressupostos, não definimos nossa leitura do conceito de qualidade pautado em uma pedagogia de resultados (SAVIANI, 2007), mas buscamos entender esse conceito como ampliação do acesso e como a própria equalização de oportunidades educacionais dos sujeitos (MERLE, 2002). Apontamos que a escola deve ser compreendida como uma das instâncias mais relevantes no processo de democratização social, essa democratização que se dá através de uma aprendizagem amparada na formação cultural, científica e cidadã, e não restrita a condições mínimas (LIBÂNEO, 2012).

Com esses argumentos e direcionando preocupações com o espaço físico escolar, amparamo-nos nos estudos de Dourado, Oliveira e Santos (2007), os quais apresentam uma definição conceitual de qualidade ligada a fatores intra e extraescolares. A dimensão extraescolar detém sua atenção a ações relacionadas à

superação das condições de vida de camadas sociais menos favorecidas. Nesse sentido, problematizam-se as condições de vida e a sua respectiva influência no processo de aprendizagem dos estudantes na escola. Com relação à dimensão intraescolar, são pensados os elementos que impactam de maneira direta a vivência escolar. Quanto ao espaço físico escolar, podemos elencar as condições de salas de aula compatíveis com as atividades e a clientela; bibliotecas; laboratórios; equipamentos em quantidade e qualidade; acessibilidade; ambientes de recreação e práticas comunitárias, esportivas e culturais; salas de recurso, apoio e orientação escolar, segurança, dentre outros. Conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007), esses elementos, presentes na dimensão intraescolar, são aspectos infraestruturais fundamentais na efetivação de uma educação com qualidade.

Em acordo com as considerações elencadas na dimensão intraescolar, a arquiteta Doris Kowaltowski (2011) reafirma a relevância dos espaços físicos escolares adequados. Segundo a pesquisadora, os espaços físicos das escolas deveriam ter como parâmetros materiais didáticos, em quantidade e qualidade, salas de aula de diversos fins compatíveis com o número de estudantes, mobiliários ergonômicos, quadras de esporte, laboratórios, conforto térmico e acústico, iluminação, higiene, áreas de alimentação, tecnologia distribuída, conexão com a comunidade, espaços livres e acessibilidade compatíveis com a função social da escola.

Kowaltowski (2011) aponta valores arquitetônicos, baseados nos estudos de Hershberger (1999), que servem de apoio para a elaboração dos projetos físicos escolares:

- Humano: adequação funcional, física, social, fisiológica e psicológica
- Ambiental: local, clima, contexto, fontes e gastos
- Tecnológico: material, sistemas e processos
- Econômico: financeiro, construção, operações, manutenção e energia
- Segurança: estrutural, fogo, químico, pessoal e vandalismo
- Temporal: crescimento, mudança e permanência
- Estético: forma, espaço, cor e significado
- Cultural: histórico, institucional, político e legal

Segundo as considerações de Kowaltowski (2011), esses valores são elementos que impactariam de forma direta o desempenho e a vida escolar dos estudantes. Do mesmo modo, a pesquisadora considera a escola o locus privilegiado do processo de ensino-aprendizagem e a sua estrutura física revela a visão de educação, assim como o próprio papel que ela possui no desenvolvimento de uma sociedade (KOWALTOWSKI, 2011). Entendemos que a estrutura física escolar deve garantir condicionantes objetivos para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Como condicionantes, destacamos os fatores intra e extraescolares trazidos por Dourado, Oliveira e Santos (2007) e as considerações apresentadas por Kowaltowski (2011). Diante disso, ressaltamos que os elementos discutidos são fundamentais para se pensar e planejar os espaços físicos escolares, bem como promover uma educação pautada no conhecimento e na formação humanística.

2. QUALIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS ESCOLARES NA LEGISLAÇÃO

Ao falarmos de espaço físico escolar e qualidade da educação, devemos primeiramente evidenciar que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reconhecem a educação como um direito, incluindo aspectos de qualidade. Na Constituição Federal, no artigo 206, inciso VII, fica estabelecido que a educação será ministrada com base na garantia de padrões de qualidade. No artigo 208, fica assegurada a educação básica como obrigatória, sendo garantido, no parágrafo 1º do mesmo artigo, que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 afirma, em seu artigo 3º, inciso IX, que o ensino será ministrado tendo em vista a garantia do padrão de qualidade educacional. O inciso IX do artigo 4º destaca que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia da qualidade de ensino, definida como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. O artigo 74 da LDB também expressa que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, estabelecerá um padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno capaz de assegurar um ensino de qualidade (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 pela Lei n.º 13.005/14, articula inúmeras vezes o conceito de qualidade em suas metas e estratégias, sendo muitas destas relacionadas à temática do espaço físico escolar. Como estratégia da Meta 1 do PNE, verifica-se a preocupação com o levantamento da demanda por creches para a população de até 3 anos, a fim de planejar seu atendimento. Prevê-se ainda a manutenção, ampliação e reestruturação das escolas públicas de educação infantil, respeitadas as normas de acessibilidade para, desse modo, melhorar os padrões de qualidade dessa etapa da educação básica (BRASIL, 2014).

O PNE também expõe que a manutenção e a ampliação da escola de educação infantil devem ser projetadas na perspectiva da educação integral. Esse processo abrange a expansão da rede em regime de colaboração, assegurando a acessibilidade, assim como a aquisição de equipamentos, com vistas à expansão e à melhoria dos espaços físicos das escolas públicas de educação infantil. Nesse sentido, garantir educação integral requer mais que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária. A ampliação do tempo requer atenção às estruturas físicas, pois estas servem de elementos qualificadores para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas (BRASIL, 2014).

Busca-se igualmente a universalização do ensino fundamental, de forma que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE. Coadunada às estratégias dessas metas, encontra-se a ampliação das estruturas físicas, equipamentos, espaços e materiais didáticos adequados, que servirão de instrumentos para equalizar os fluxos educacionais.

De acordo com a Meta 6 do PNE, a qual trata da oferta de educação em tempo

integral, há a proposta de instituir, em regime de colaboração, programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social; institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, acessibilidade à pessoa com deficiência, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; e adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014).

Um dos pontos de destaque no PNE é a elaboração de novos padrões arquitetônicos direcionados à escola básica e às adequações necessárias interligadas às novas necessidades e propostas educacionais. É de destaque a concepção de educação de tempo integral, que visa à efetivação de uma nova relação entre tempo e espaço na escola, exigindo uma readequação da estrutura física atual. Cabe ressaltar que a LDB de 1996 já indicava, no parágrafo 2º do artigo 34 e no parágrafo 5º do artigo 87 (BRASIL, 1996), a progressiva ampliação do tempo integral para o ensino fundamental, reafirmada no atual PNE.

No artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei n.º 13.005/14, é expresso que serão direcionados à educação os recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, como a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, assegurando, dessa forma, o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal. De acordo com a Meta 20 do PNE, a qual prevê a ampliação do investimento público em educação pública, esses valores serão vinculados de modo gradual, sendo que, ao final de 10 anos, se espera atingir um valor equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Com isso, ao falar em qualidade, falamos igualmente em disponibilidade de recursos para a educação. Em se tratando da estrutura física escolar, o aumento de receitas relativas aos 10% do PIB para a educação demonstra um avanço importante para a aplicação de recursos na melhoria dos espaços e das condições físicas escolares (DOURADO, 2010).

Outro ponto de destaque no PNE é o chamado Custo Aluno Qualidade (CAQ), que se apresenta como um parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica. Esse parâmetro é determinado a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais em vários setores da educação, inclusive na aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, assim como com a obtenção de material didático escolar (BRASIL, 2010). A partir de tais especificações, podemos afirmar que o espaço físico escolar também é considerado no Custo Aluno Qualidade, visto que integra a estrutura de instalação escolar. O CAQ

pode ser entendido como um conjunto de padrões mínimos de qualidade do ensino estabelecido na legislação educacional (DOURADO, 2010).

Reafirmando as considerações acima, o documento Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2006, considerou, ao tratar do CAQ, que uma escola de qualidade deve englobar, dentre outros fatores, o custeio adequado e meios de garantir a aquisição de insumos em quantidades e qualidade para assegurar condições objetivas no desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2006).

Entendendo o PNE como uma política de Estado, verificamos sua atenção ao espaço físico escolar, reconhecendo-o como um fator condicionante de qualidade na educação. Com o PNE, verifica-se que o conceito de qualidade se desdobra em preocupações referentes à ampliação das redes físicas escolares, assim como a equipamentos, materiais didáticos e demais instrumentos que possibilitem a elevação da qualidade em toda a educação básica. Aponta-se a ampliação e a melhoria das escolas do campo, quilombolas e indígenas, além do atendimento que priorize a acessibilidade. Esses direcionamentos que impactam a estrutura física buscam a melhoria dos fluxos educacionais, estabelecendo um equilíbrio na relação idade-série, bem como na universalização dos níveis da educação básica. Apresenta ainda inovações com relação ao financiamento da educação ao propor uma definição de Custo Aluno Qualidade que assegure condições de oferta de educação de qualidade, considerando as especificidades da educação básica e incluindo todas as etapas e modalidades de educação (BRASIL, 2014).

3. INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR NO RESUMO TÉCNICO DO CENSO ESCOLAR 2010 e 2013

Buscando identificar as condições infraestruturais do ensino fundamental público brasileiro, analisamos comparativamente os dados dos Censos de 2010 e 2013 relativos a esta etapa de ensino, a qual, no ano de 2013, contava com o maior número de matrículas na educação básica (INEP, 2014). Observamos esses dois censos com o intuito de verificar uma possível alteração de dados no recorte e apontar quais foram os elementos identificados pelo Censo Escolar. Segundo o Resumo Técnico, a infraestrutura escolar é um aspecto de grande relevância para a plena efetivação de um processo educacional e deve estar em consonância com os padrões de qualidade expressos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e pelo Plano Nacional de Educação.

O Censo Escolar de 2010 apresentou indicadores de infraestrutura escolar referentes a quadra de esportes, biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, acesso à internet e dependências e vias adequadas (INEP, 2011).

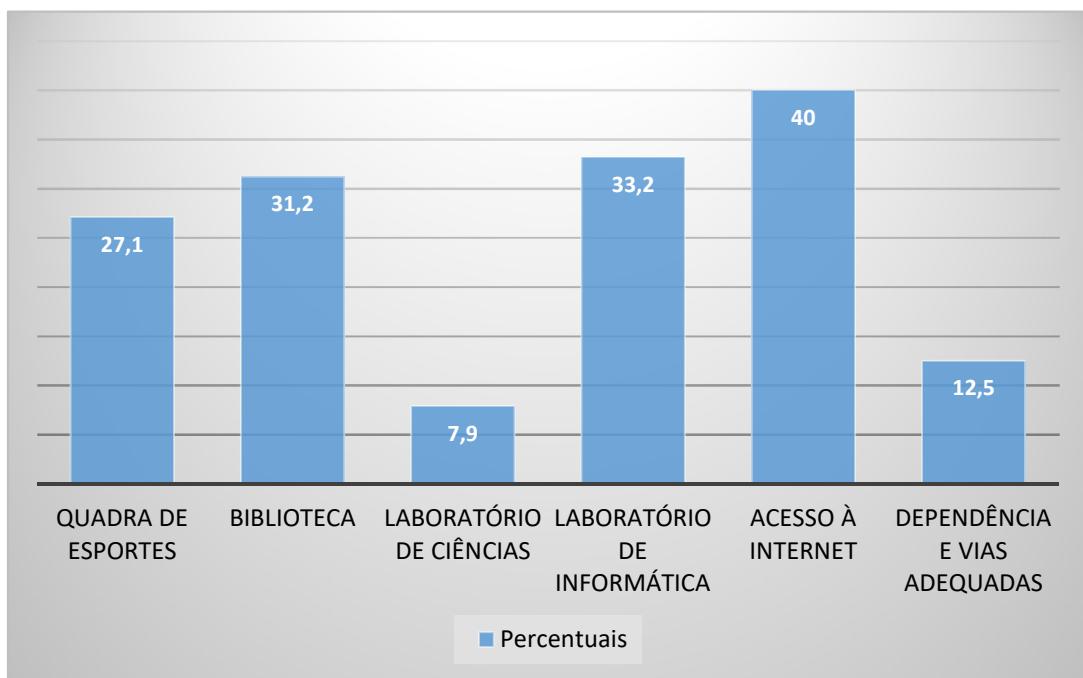
Com relação aos anos iniciais do ensino fundamental, os números mostraram baixos percentuais referentes à infraestrutura, sendo que nenhum dos quesitos superou a margem dos 50%. O percentual mais baixo foi identificado para o espaço

laboratório de ciências, o qual revelou que apenas 7,9% das escolas de ensino fundamental dos anos iniciais contavam com essa estrutura. O percentual mais alto apresentou que 40% das escolas possuíam acesso à internet (INEP, 2011), conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Os espaços destacados pelo levantamento do Resumo Técnico do Censo Escolar para os anos iniciais do ensino fundamental constataram a carência da escola pública de ambientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Outra problemática apontada se relaciona à questão das vias de acesso ao espaço escolar. Elas se mostraram anacrônicas em relação às políticas de inclusão, uma vez que somente 12,5% das escolas dos anos iniciais possuíam dependências e vias de acesso adequadas.

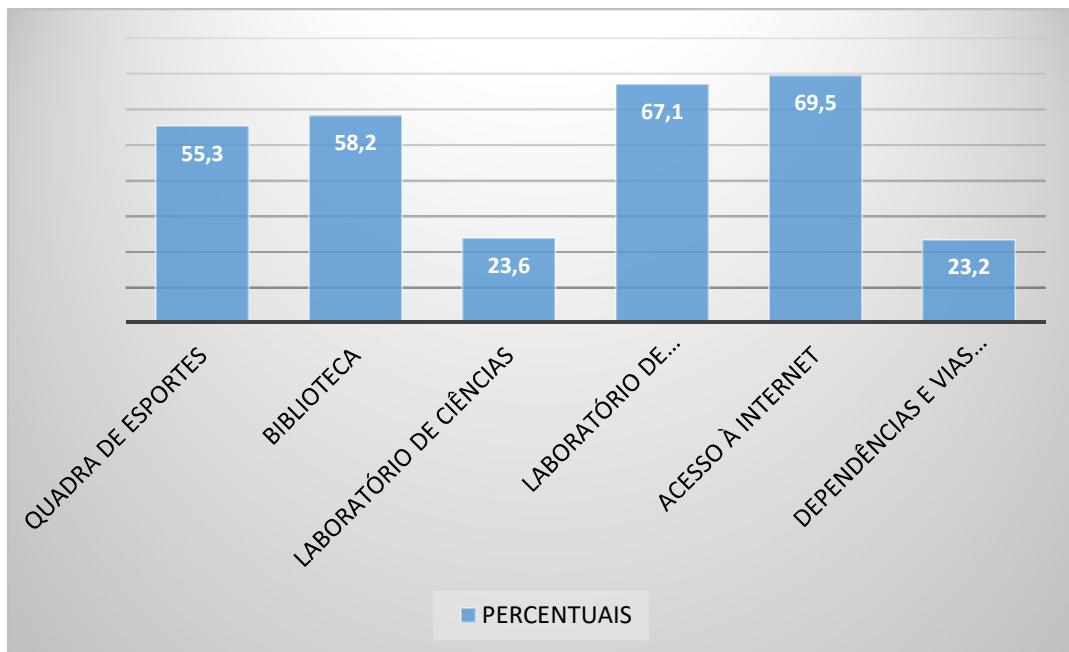
Os números referentes à etapa final do ensino fundamental (Gráfico 2) mostraram indicadores mais elevados. O percentual mais baixo se deu para dependências e vias adequadas, com 23,2%; contudo, novamente, o espaço laboratório de ciências apresentou baixos percentuais, fazendo-se presente em apenas 23,6% das escolas de ensino fundamental – anos finais. O percentual mais elevado, assim como nos anos iniciais, foi o de acesso à internet, com 69,5%. Mesmo apresentando percentuais insuficientes, os anos finais do ensino fundamental mostraram, no Censo Escolar de 2010, uma elevação dos números quando comparado aos anos iniciais (INEP, 2011).

Gráfico 1 – Infraestrutura das escolas de ensino fundamental – anos iniciais no Censo 2010



Fonte: Elaborado por Dallagnol (2015), a partir dos dados do Inep (2011).

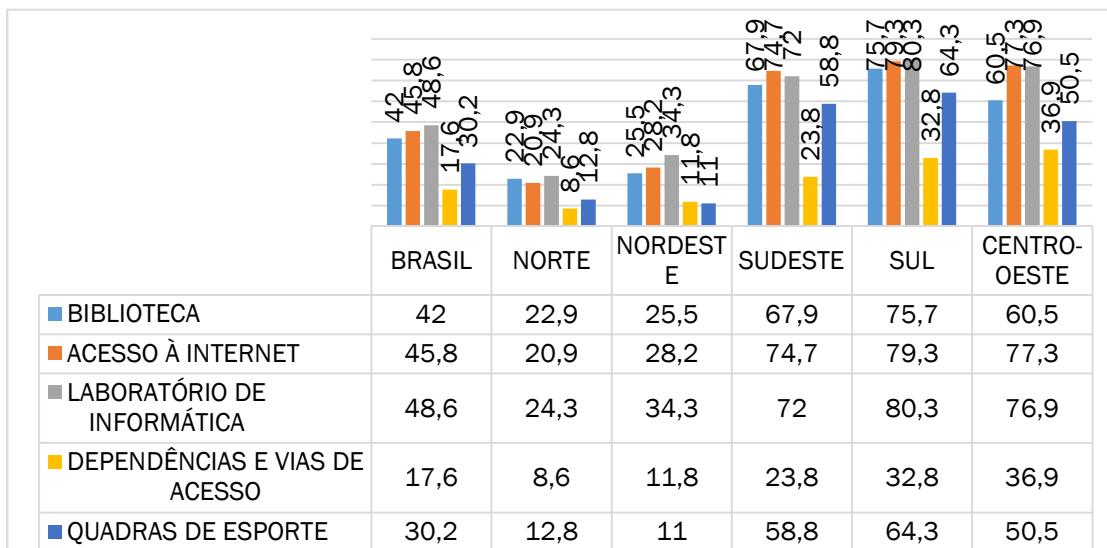
Gráfico 2 – Infraestrutura das escolas de ensino fundamental – anos finais no Censo 2010



Fonte: Elaborado por Dallagnol (2015), a partir dos dados do Inep (2011).

O Resumo Técnico relativo ao Censo de 2013 sofreu inúmeras alterações quando comparado ao Censo de 2010. Primeiramente, podemos destacar que o Relatório Técnico de 2013 apresentou os dados de uma forma mais minuciosa ao especificar os indicadores de cada região brasileira (Gráfico 3) e um indicador nacional. Contudo, o item laboratório de informática exposto no Censo de 2010 deixou de constar como indicador a partir de 2011.

Gráfico 3 – Infraestrutura do ensino fundamental da rede pública por região, segundo os recursos disponíveis – Censo 2012



Fonte: Elaborado por Dallagnol (2015), a partir dos dados do Inep (2014).

Observando a média nacional apresentada pelo Censo de 2013 e comparando-a ao Censo de 2010, podemos constatar algumas mudanças significativas. Primeiramente, devemos destacar que o Censo de 2010 mostrou somente indicadores nacionais, sendo que o ensino fundamental apontou índices relativos aos anos iniciais e finais, como expusemos anteriormente. Confrontando os dados gerais de 2010 com os elencados pelo Resumo Técnico de 2013, verificamos as informações expostas na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Comparação entre o Censo Escolar 2010 e 2013 em relação à infraestrutura do ensino fundamental

INFRAESTRUTURA APONTADA PELO CENSO	ANOS INICIAIS NO CENSO 2010 E 2013	ANOS FINAIS NO CENSO 2010 E 2013
BIBLIOTECA	Aumento de 12,8%	Diminuição de 14,2%
ACESSO À INTERNET	Aumento de 7,6%	Diminuição de 21,9%
LABORATORIO DE INFORMÁTICA	Aumento de 17,1%	Diminuição de 16,8%
DEPENDÊNCIAS E VIAS DE ACESSO	Aumento de 6,9%	Diminuição de 3,8%
QUADRA DE ESPORTES	Aumento de 5%	Diminuição de 23,2%

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras, a partir dos dados do Inep.

Comparando os resultados dispostos pelos Resumos Técnicos do Censo Escolar de 2010 e 2013, podemos constatar dois indicadores diferenciados. Em primeiro lugar, ao compararmos os dados dos anos iniciais do Censo Escolar 2013 com os do Censo Escolar de 2010, verificamos uma relativa elevação dos indicadores, sendo que o quesito laboratório de informática apresentou a maior elevação nos percentuais, com 17,1%. Nesse sentido, observa-se uma evolução na infraestrutura escolar do 1º ao 5º ano do ensino fundamental público. Contudo, ao observarmos os números relativos aos anos finais do ensino fundamental, constata-se um cenário diferenciado. Nenhum dado apresentado supera os números correspondentes ao Censo de 2010, sendo que o quesito quadra de esportes apresentou decréscimo de 23,2%.

Entretanto, destacamos que o Censo de 2010 não organizou os indicadores do ensino fundamental em anos finais e anos iniciais, portanto nossa comparação se baseia nos números nacionais mostrados no referido contexto. Do mesmo modo, salientamos que o documento do Inep de 2010, mais simplificado, não apresentou dados específicos de cada região. Outro aspecto que deve ser enumerado é o desaparecimento do indicador relacionado ao laboratório de ciências, presente no Censo de 2010, sendo que este havia sido apontado com o menor percentual no referido documento.

Tratando-se especificamente do Censo de 2013, o menor indicador foi o de fatores de acessibilidade, com percentual de 19,4%. O melhor resultado foi relacionado aos laboratórios de informática, disponibilizados em 50,3% das escolas de ensino fundamental (INEP, 2014).

Observando os dados por região, vê-se que, na Região Sul, 82,2% das escolas de ensino fundamental possuíam acesso à internet. Na Região Centro-Oeste, 39,6% das escolas tinham dependências e vias de acesso adequadas, revelando o maior índice para esse recurso. As bibliotecas ainda se mostraram como espaços com visíveis problemáticas, pois, na Região Norte, somente 24,5% das escolas de ensino fundamental possuíam essa estrutura. Com relação à acessibilidade, essa mesma região apresentou, no ano de 2013, um cenário em que apenas 9% das escolas possuíam vias acessíveis. As quadras de esporte variaram entre 14% na Região Norte e 66,1% na Região Sul (INEP, 2014).

Os dados dos Censos de 2010 e 2013 revelaram um aumento dos indicadores na maioria dos recursos de infraestrutura. Contudo, os mesmos números expõem as carências que impactam as redes públicas de educação básica. A falta de espaços físicos adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, a existência de milhares de escolas com uma ou duas salas de aula, a falta de bibliotecas, materiais didáticos, espaços para recreação e atividades externas dos estudantes são realidades postas no cotidiano das escolas públicas de educação básica.

Amparadas na análise de Dourado, Oliveira e Santos (2007), destacamos que o espaço físico escolar se mostra como um aspecto fundamental para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Essa qualidade, tão debatida, se efetiva à medida que se oferecem aos sujeitos inseridos na escola condições de desenvolvimento pleno, e essas condições se dão conforme se garante uma infraestrutura adequada para as múltiplas atividades educacionais. Esse fator se destaca se considerarmos as atuais políticas e ações em torno da educação integral, com o aumento da jornada escolar, a qual vem requerer uma adequação dos espaços físicos das escolas. Mesmo com a ausência de novas pesquisas sobre a melhoria da qualidade da educação com o aumento do tempo na escola, acreditamos que este possibilita um maior aprofundamento de experiências e de conhecimentos para os estudantes, e, para que essa possibilidade se efetive, é necessária uma maior atenção nos aspectos intraescolares, muitos destes contemplados pelo Censo Escolar.

Ao observarmos os dados nacionais relacionados ao ensino fundamental do Censo de 2013, podemos verificar que somente o quesito laboratório de informática ultrapassa os 50% de abrangência nas escolas públicas. Este é um elemento agravante quando pensamos o aumento da jornada escolar e, sobretudo, a melhoria da qualidade da educação no Brasil (INEP, 2014). Nesse sentido, precisamos de ações políticas que repensem as funções da instituição escolar na sociedade brasileira, que a fortaleçam através de melhores equipamentos, enriquecimento de suas atividades e das condições adequadas de estudo e trabalho para alunos e professores, o que poderá trazer algo de novo e representativo de crescimento na qualidade do trabalho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando estabelecer uma relação entre as temáticas questionadas, apontamos a complexidade do conceito de qualidade e como este deve ser compreendido para além de uma pedagogia de resultados ou por estatísticas relacionadas ao acesso dos sujeitos à escola. Defendemos que a qualidade da educação também se estabelece por meio dos espaços físicos escolares adequados.

Por esse ângulo, nossa compreensão de espaço físico escolar adequado se configura na interface das análises teóricas elaboradas por Doris Kowaltowski (2011) e Dourado, Oliveira e Santos (2007). Diante dessas perspectivas, apontamos que as considerações relacionadas aos fatores intra e extraescolares e aos parâmetros e valores arquitetônicos se mostram como elementos fundamentais para pensar e planejar os espaços físicos escolares, bem como para a promoção de uma educação pautada no conhecimento, na formação humanística, assim contemplando o que a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1966 asseguram sobre o direito à educação e a promoção de garantia de padrão de qualidade.

Do mesmo modo, podemos observar, entre os pressupostos elencados por Dourado, Oliveira e Santos (2007) e Kowaltowski (2011), uma articulação: os fatores intraescolares estabelecem pleno diálogo com os parâmetros e valores arquitetônicos, mostrando que a materialidade física e a infraestrutura escolar não só podem, como devem ser alvo de debates e preocupações de diferentes áreas do conhecimento. Esses mesmos debates apontam para a relevância do espaço físico escolar enquanto um espaço privilegiado no processo de ensino-aprendizagem.

Com relação ao PNE, procuramos apresentar a relevância que a qualidade do espaço físico escolar assumiu nesse documento. Com o PNE, verificamos que o conceito de qualidade se desdobra em preocupações referentes à ampliação das redes físicas escolares, assim como à existência de equipamentos, materiais didáticos e demais instrumentos que possibilitem a elevação da qualidade em toda educação básica. Aponta-se a ampliação e a melhoria das escolas do campo, quilombolas e indígenas, além do atendimento que priorize a acessibilidade. Esses direcionamentos que impactam na estrutura física buscam a melhoria dos fluxos educacionais, estabelecendo um equilíbrio na relação idade-série, bem como na universalização dos níveis da educação básica.

Damos destaque igualmente ao fato de o PNE propor o estabelecimento de novos padrões de qualidade para a educação básica. Essa ação, além de vir ao encontro das necessidades de infraestrutura da escola básica brasileira, poderá influenciar a elaboração de projetos de espaços físicos escolares com vistas à dinâmica estabelecida pela educação integral. Tratando-se dos padrões de qualidade, devemos mencionar que o PNE também apresenta inovações com relação ao financiamento da educação ao considerar a ampliação do investimento público em educação e ao mencionar o CAQ enquanto um parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica. Além disso, apresenta considerações circunstanciais ao espaço físico escolar (BRASIL, 2014).

Nesses apontamentos em torno do financiamento da educação, entendemos como sendo elementos importantes para qualificar a educação. Esse fato se torna claro ao observarmos os dados do Censo Escolar de 2010 e 2013 respectivos ao ensino fundamental de forma comparativa. Por meio da apreciação dos Resumos Técnicos do Censo Escolar, foi possível constatar que a infraestrutura escolar ainda passa por sérias limitações. Nos anos iniciais do ensino fundamental de 2010, nenhum indicador superou os 40% e, nos anos finais, os dados apresentaram uma elevação. Contudo, em ambos os casos, o melhor índice se refere ao acesso à internet, que pode estar presente nas escolas somente nas salas de direção, secretaria e coordenação. Ainda em comparação a 2010, o Censo de 2013 apresenta dados mais minuciosos, os quais indicam uma assimetria entre as regiões do país, sendo que as Regiões Norte e Nordeste apresentam os menores indicadores.

Finalizamos ressaltando a importância da aprovação do PNE, o qual estabeleceu considerações de destaque ao espaço físico escolar, relacionando-o como um fator necessário na efetivação de uma educação de qualidade. Da mesma forma, salientamos que o PNE, como política de Estado, sinaliza um passo fundamental na efetivação de uma maior organicidade nas ações referentes a gestão, financiamento, programas e políticas educacionais que impactam na ampliação do acesso, obrigatoriedade e universalidade da educação, as quais devem prever uma maior preocupação com a estrutura física escolar. Somente com espaços adequados e compatíveis com os objetivos da educação na contemporaneidade se conseguirá efetivar um ensino, de fato, de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. **Censo da educação básica: 2013 – resumo técnico**. Brasília: Inep, 2014.
- _____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2006. (Relatório de pesquisa).

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Questão Federativa e a Educação Escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades. Brasília: UNESCO, 2010. p. 149-168.

DALLAGNOL, Raquel. **Política Educacional e Espaço Físico Escolar**: a Infraestrutura como Dimensão na Garantia de Padrão de Qualidade. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

DOURADO, Luiz Fernando (Coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições = The quality of education: concepts and definitions**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão)

DOURADO, Luiz Fernando. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010.

_____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

_____. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os Obstáculos ao Direito à Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul./set. 2013

ESTÊVÃO, Carlos V. A Qualidade da Educação: suas implicações na política e na gestão pedagógica. **RBPAE**, v. 29, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2013.

HERSHBERGER, R. **Architectural programming and predesign manager**. Tucson, Estados Unidos: McGraw-Hill, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica**: 2010 – resumo técnico. Brasília: Inep, 2011.

JÚNIOR, F. T.; FARIA, V. B.; LIMA, M. A. de. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 48-67, maio/ago. 2012.

KOWALTOWSKI, Dóris. **Arquitetura Escolar**: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MERLE, Pierre. *La Démocratisation de l'Enseignement*. Paris: Éditions la Découverte, 2002.

MINER, Barbara. Why I Don't Vouch for Vouchers. *Educational Leadership*, v. 56, n. 2, p. 40-42, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão de luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 5- 23, jan./abr. 2005.

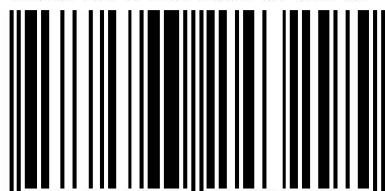
SAVIANI, D. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

ABSTRACT: This text presents an understanding of the school physical space as an aspect of quality for basic education. It presents a brief reflection about the concept of quality and how it relates to the school physical space. It identifies the school space dimension in the Federal Constitution of Brazil, in the Education Law and in the National Education Plan, as well as data collected by the School Census of 2010 and 2013. Before the national data, which show difficulties in the quality of education as to the school physical space criterion, the authors indicate, in the text, questions and challenges for education policies in an effort to articulate actions in search of equity and quality of the school physical structures.

KEYWORDS: quality of education; education policy; school space.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-29-5



9 788593 243295